



PREFEITURA MUNICIPAL DO CONDADO

PRAÇA 11 DE NOVEMBRO, 88 - CENTRO - CONDADO - PE - C.G.C. Nº
10.150.068/0001-00



Documento Assinado Digitalmente por: JENILSON DE MORAES CLEMENTE, MARIA DAS DORES DE ANDRADE
Acesse em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 8da1c3c2-774b-4dd1-ba08-bcd6b51ff0d4

DECRETO Nº 010/2003

EMENTA: Estabelece critérios para a entrada em operação do **FUNPRECOM** - Regime Próprio de Previdência Social e dá outras providências.

O PREFEITO DO MUNICÍPIO DO CONDADO, ESTADO DE PERNAMBUCO, no uso de suas atribuições legais, e

Considerando a aprovação da Lei Municipal nº 762, de 28 de maio de 2003, que criou o Regime Próprio de Previdência Social do Município de Condado e a necessidade do Poder Executivo estabelecer cronograma de providências para que o Regime Próprio de Previdência Social entre em operação;

Considerando que já foram formados os Conselhos Deliberativo e Fiscal, e nomeados por ato do Poder Executivo, os titulares dos cargos comissionados de Gerente de Previdência e Assistente, que gerenciarão o referido Regime Próprio de Previdência Social;

Considerando que foi assinado com a Associação Municipalista de Pernambuco – AMUPE, em 20 de junho de 2002, o Contrato de Prestação de Serviço de Operacionalização do Fundo de Previdência do Município, através do Consórcio AMUPREV;

Decreta:

Art. 1º - O início de operação do Regime Próprio de Previdência Social, criado pela Lei nº 762, de 28 de maio de 2003, se dará a partir do dia 02 de junho de 2003.

Parágrafo Único - Entende-se como início de operação do Regime Próprio de Previdência Social, a data a partir da qual a Secretaria de Finanças dará início mensalmente ao recolhimento à Caixa Econômica Federal das contribuições previdenciárias dos servidores efetivos e contribuições patronais devidas ao Regime Próprio de Previdência Social, conforme alíquotas fixadas na Lei nº 762, de 28 de maio de 2003.

Art. 2º - O recolhimento de que trata o artigo anterior será efetuado até o 10º dia do mês subsequente ao mês de competência da folha de pagamento municipal, em conta do Fundo de Previdência Municipal aberta na Caixa Econômica Federal, com esta finalidade.

§ 1º - O comprovante de depósito do recolhimento das contribuições mensais deverá ser encaminhado a gerência do Fundo de Previdência do Município, acompanhado



PREFEITURA MUNICIPAL DO CONDADO

PRAÇA 11 DE NOVEMBRO, 88 - CENTRO - CONDADO - PE - C.G.C. Nº
10.150.068/0001-00



Documento Assinado Digitalmente por: JENILSON DE MORAES CLEMENTE, MARIA DAS DORES DE ANDRADE
Assine em: <https://etce.tce.pe.gov.br/epv/validaDoc.seam> Código do documento: 8da1c3c2-774b-4dd1-ba08-bcd6b51fdd04

de demonstrativo de Recolhimento e da Lista de Contribuições, em meio magnético, conforme Layout fornecido pelo Consórcio AMUPREV.

Art. 3º - Nos termos do Art. 52, da Lei nº 762, de 28 de maio de 2003, incidirá multa de 2% (dois por cento) e juros de 1% (um por cento) ao mês calculado sobre o débito atualizado pelo IGP-M da Fundação Getulio Vargas, ou outro que vier a substituí-lo, sobre o atraso do recolhimento de que trata o § 2º do artigo anterior, até a data do efetivo pagamento.

Art. 4º - A partir do mês competência de setembro de 2003, o pagamento dos atuais aposentados e pensionistas será processado e pago pelo Regime Próprio de Previdência Social.

Parágrafo único - A Secretaria de Finanças do Município transferirá para o FUNPRECOM, até 72 horas antes da data fixada para o pagamento mensal dos servidores, a partir do mês competência setembro/2003, o valor bruto da folha de pagamento dos atuais aposentados e pensionistas que constitui encargo municipal sobre os benefícios já concedidos, anteriores à criação do Regime Próprio de Previdência Social.

Art. 5º - Os benefícios de Salário Família e Auxílio Doença, continuarão a ser pagos aos servidores através da Folha de Pagamento do Município e deduzidos do valor a ser recolhido mensalmente ao Regime Próprio de Previdência Social.

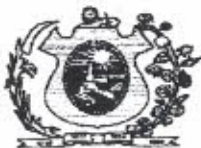
§ 1º - O Auxílio Doença será devido pelo Regime Próprio de Previdência Social para efeito de dedução de que trata o caput deste artigo, a partir do 15º dia da licença médica e desde que a licença não ultrapasse 30 dias.

§ 2º - A licença médica concedida por mais de 30 dias implicará em afastamento do servidor da folha de pagamento do Município a partir do 15º dia e sua inclusão como beneficiário na folha de pagamento do Fundo de Previdência até o encerramento da licença.

§ 3º - O pagamento do Salário Família é devido a filho menor de 14 anos, ou equiparado ou inválido e condicionado à apresentação anual do atestado de vacinação obrigatório até os seis anos e de comprovação semestral de frequência à escola a partir de sete anos, nos termos do Decreto Federal nº 3.048 de 06 de maio de 1999.

Art. 6º - A concessão do Salário Maternidade será realizada pelo Regime Próprio de Previdência Social, diretamente a servidora beneficiada e a partir da data da sua concessão será afastada da folha de pagamento do Município.

Art. 7º - O recolhimento das contribuições do Poder Legislativo ao Regime Próprio de Previdência Social será efetuado diretamente pela Câmara Municipal e obedecerá aos



PREFEITURA MUNICIPAL DO CONDADO

PRAÇA 11 DE NOVEMBRO, 88 - CENTRO - CONDADO - PE - C.G.C. Nº
10.150.068/0001-00

mesmos prazos, fixados neste Decreto, para o Poder Executivo, devendo ser adotados os demais procedimentos aqui estabelecidos quando for o caso.

Art. 9º - Este Decreto entrará em vigor na data de sua publicação revogadas as disposições em contrário.

Registre-se, publique-se e cumpra-se.

GABINETE DO PREFEITO, 02 de junho de 2003.


JOSÉ ZANE BABBINHO DE MORAES
Prefeito

